


Bota-fora: reunião discute a regularização dos terrenos

09/05/2011

 [Indicar para um amigo](#)



A comissão de Agronegócio e Meio Ambiente, da Câmara Municipal, convocou uma reunião para a tarde da segunda-feira (9) com o propósito de discutir a regularização dos locais que recebem despejo de entulho, terra e outros resíduos da construção civil, os chamados bota-fora. A atividade está paralisada na cidade, há um ano, porque os terrenos destinados a ela não atendiam as exigências do Instituto Estadual de Florestas (IEF), do Conselho Municipal de Defesa e Conservação do Meio Ambiente (CODEMA) e do Instituto de Planejamento do Município (IPLAM).

Na reunião estiveram presentes os vereadores Antônio Elias Cardoso (PMDB), presidente da comissão, Carlitos Alves (PDT), Cristina Fontes (DEM), João Januário Ladeira (PSDC), Marcos Arlindo Pereira (PV) e Marcos Nunes (PT), os analistas ambientais do IEF, Gilberto de Castro e Danilo José Coelho, o secretário de Meio Ambiente, Luiz Eugênio de Moura, e os empresários afetados pela paralisação.

Os empreendedores reclamam que não há agilidade no processo de aprovação dos alvarás de funcionamento e que alguns deles nem foram informados das irregularidades em seus terrenos e, por isso, não puderam corrigir o problema ou o prazo estabelecido foi muito curto. Alguns alegam também que já se adequaram às exigências, mas que os órgãos de fiscalização não retornam para conferir e aprovar. O secretário, Luiz Eugênio, afirmou que após a comprovação da adequação o prazo para liberação do terreno é de no máximo dez dias.

A fim de tentar agilizar o processo, o vereador Antônio Elias propôs que a comissão de Meio Ambiente da Câmara ajudasse a fiscalizar e acompanhar os procedimentos, dando suporte à Secretaria e aos órgãos responsáveis. Os presentes concordaram e Cristina Fontes lembrou que é importante que a situação seja decidida com rapidez, já que muitas pessoas estão sem trabalhar e o serviço de bota-fora é de utilidade pública.

Marcos Nunes registrou a falta de um representante do IPLAM na reunião e disse que a Comissão ajudará a descobrir onde o trâmite está parado.

A Secretaria de Meio Ambiente e o IEF se comprometeram a entregar aos empresários a cópia do relatório com as irregularidades e o prazo para que elas sejam corrigidas coincidirá com a próxima reunião do CODEMA, ainda sem data definida. Assim, espera-se, nessa reunião, decidir pelas liberações ou novas notificações aos terrenos irregulares.